

CONEXÃO JURÍDICA

Edição nº 11 - Ano VI
Dezembro de 2014

FIESP **CIESP**

DEPARTAMENTO
JURÍDICO

Alterações à legislação federal: refis/reintegra/mercado de capitais/desoneração da folha (Lei Federal nº 13.043/2014)

A Lei nº 13.043/2014, resultado da conversão da MP nº 651/2014, publicada no Diário Oficial da União de 14/11/2014, tratou uma série de alterações relativas à legislação federal.

[+ Saiba mais...](#)

SEFAZ-SP divulga taxa de juros de mora aplicável, em dezembro/2014, aos débitos vencidos de ICMS (Comunicado DA 66/2014)

O valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/12/2014 para os débitos e multas infracionais do ICMS será de 0,04% ao dia ou 1,24% ao mês.

ARTIGO

Juros e Correção Monetária decorrentes da venda de imóveis compõem a base de cálculo das contribuições relativas ao PIS-PASEP e à COFINS

Por Leandro de Paula Souza – Advogado Dejur/Fiesp

O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial nº 1.432.952/PR, manifestou posicionamento similar ao já externado pela Receita Federal do Brasil quanto ao cômputo dos valores relativos a juros e correção monetária na base de cálculo das contribuições relativas ao PIS-PASEP e à COFINS.

[+ Leia o artigo completo](#)

ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

1 TRIBUTÁRIO

Escrituração Contábil Digital - ECD (Instrução Normativa nº 1.510/2014)

Ficam dispensados de autenticação os livros da escrituração contábil das pessoas jurídicas não sujeitas a registro em Juntas Comerciais.

[+ Saiba mais...](#)

2 AMBIENTAL

Autorizado o uso de volumes armazenados nos reservatórios dos aproveitamentos que constituem o Sistema equivalente situados em níveis inferiores aos mínimos operacionais descritos no Anexo II da Portaria DAEE nº 1213, de 2004, até os limites descritos (Resolução Conjunta ANA-DAEE nº 1.672/2014)

A presente norma foi editada também em razão da excepcional situação de escassez de chuvas na Região Sudeste do Brasil nos meses de janeiro a outubro de 2014, resultando em vazões inferiores aos menores valores observados no histórico de monitoramento da bacia hidrográfica do rio Piracicaba, onde se inserem os principais reservatórios de regularização de vazões constituintes do Sistema Cantareira.

[+ Saiba mais...](#)

Condições de isolamento e de monitoramento pós-colheita para condução de liberação planejada no meio ambiente de sorgo geneticamente modificado (Resolução Normativa CTNBio nº 13/2014)

A norma estabelece as condições de isolamento e de monitoramento pós-colheita para condução de liberação planejada no meio ambiente de sorgo geneticamente modificado.

[+ Saiba mais...](#)

Procedimentos administrativos para celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental (Instrução Normativa ICMBio nº 8/2014)

O cumprimento da compensação ambiental dar-se-á através de execução direta pelo empreendedor, que deverá apoiar diretamente as unidades de conservação federais beneficiadas, em conformidade com os Planos de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental - PTCA, as Solicitações de Aplicação dos Recursos - SAR e os Termos de Referência - TR a serem elaborados pelo ICMBio.

[+ Saiba mais...](#)

Normas para habilitação de profissionais privados para a coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA (Instrução Normativa MPA nº 26/2014)

Estabelece normas para habilitação de profissionais legalmente habilitados, que atuam no setor privado, para a realização de coleta e remessa de amostras oficiais para laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - RENAQUA, para fins de execução de atividades de defesa sanitária de animais aquáticos, no âmbito de atuação deste Ministério.

[+ Saiba mais...](#)

Proibição da criação ou manutenção de animais para extração de peles no Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 15.566/2014)

Por esta Lei, resta proibida no Estado de São Paulo a criação ou manutenção de qualquer animal doméstico, domesticado, nativo, exótico, silvestre ou ornamental com a finalidade exclusiva de extração de peles.

[+ Saiba mais...](#)

Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Decreto Estadual nº 60.895/2014)

O Decreto foi editado no sentido do Estado de São Paulo aderir ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

[+ Saiba mais...](#)

Uso e manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo (Resolução SMA nº 92/2014)

A norma define as autorizações para uso e manejo de fauna silvestre, no âmbito do Estado de São Paulo.

[+ Saiba mais...](#)

Rastreabilidade de animais silvestres (Resolução SMA nº 93/2014)

A norma institui o Sistema Estadual de Rastreabilidade de Animais Silvestres para padronização da marcação dos animais silvestres e aperfeiçoamento da gestão da fauna no Estado de São Paulo.

[+ Saiba mais...](#)

Auto de Infração Ambiental (Portaria Conjunta CA/CFA nº 1/2014)

A norma aprova o “Guia de procedimentos Administrativos da Fiscalização – GPAF”, cujo conteúdo completo estará disponível no site www.ambiente.sp.gov.br/cfa

[+ Saiba mais...](#)

JURISPRUDÊNCIA

Necessidade de comunicação do devedor antes de sua inscrição no CADIN

Foi interposto Recurso Especial no Superior Tribunal de Justiça contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou provimento ao apelo de empresa, em mandado de segurança, por entender desnecessária a comunicação para inscrição no CADIN, visto que houve parcelamento do débito e posteriormente inadimplemento voluntário da empresa, e que, portanto, não era possível alegar desconhecimentos dos débitos.

[+ Saiba mais...](#)

PUBLICAÇÕES

Grupo de Estudos de Direito Concorrencial da Fiesp/Ciesp: “O Papel do Departamento de Estudos Econômicos do CADE”

No dia 13 de novembro foi realizada reunião do Grupo de Estudos de Direito Concorrencial da Fiesp/Ciesp, tendo como tema “**O Papel do Departamento de Estudos Econômicos o CADE**”, que contou com a presença do **Dr. Luiz Alberto Esteves**, Economista-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

- Para ter acesso à Apresentação [Clique aqui](#)
- Para saber mais sobre o evento [Clique aqui](#)

EQUIPE TÉCNICA

Diretor Titular do Departamento Jurídico da Fiesp e Ciesp: **Helcio Honda** | Gerente Dejur-Fiesp: **Alexandre Ramos**. Coordenador: **Caio Cesar Braga Ruotolo** | Coordenadora NAL: **Alessandra Cristina Nascimento da Mota** | Gerente Dejur-Ciesp: **Rogério Domene**. Advogada: **Elaine Karine Gomes de Souza** | Diagramação: **Luis Gustavo Silva** | Revisão: **Karina Savio**.

Colaboraram com esta edição: Leandro de Paula Souza, Ana Cristina Fischer Dell'Oso, Cristiane Aparecida Marion Barbuglio, Adriana Roder, Camila Selek Castanheira, Karell Bruno Vidal, Marcos Guilherme Pereira Fagundes.

Comentários e sugestões: E-mail: cdejur@fiesp.org.br

Acesse o nosso link “jurídico” no site da Fiesp e confira a análise completa acerca de diversos temas, além dos materiais das últimas reuniões dos Grupos de Estudos, bem como as Cartilhas de Direito Concorrencial e SPED atualizadas.

Conexão Jurídica é uma publicação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), de caráter meramente informativo. Sua eventual adoção para casos concretos exigirá o exame dos fatos e aspectos circunstanciais próprios de cada situação, devendo-se levar em conta que outros posicionamentos podem existir sobre a matéria.